



COMARCA DE SÃO GONÇALO DO SAPUCAÍ- JUSTIÇA COMUM
FÓRUM BELMIRO DE MEDEIROS

RUA MONSENHOR HEVÊNCIO, Nº 10, CENTRO- CEP:37.490-000 - (35)3241-1638 -SÃO GONÇALO DO SAPUCAÍ/MG

**SELEÇÃO PÚBLICA DE ESTAGIÁRIOS DE GRADUAÇÃO EM DIREITO PARA
PROVIMENTO DE VAGAS EXISTENTES E QUE VIEREM A SURGIR NO PRAZO
DE VALIDADE DESTA SELEÇÃO NA COMARCA DE SÃO GONÇALO DO SAPUCAÍ
DO ESTADO DE MINAS GERAIS**
EDITAL Nº 01/2018

A Excelentíssima Senhora Juíza de Direito da 1ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais e Diretora do Foro da Comarca de São Gonçalo do Sapucaí-MG, Dra. THAIS MARIA VINCI DE MENDONÇA CHAVES, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 13, III da Portaria-Conjunta nº 297, de 05 de julho de 2013, do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - TJMG, torna pública a abertura de inscrições para a seleção pública para provimento de vagas existentes e que vierem a surgir no prazo de validade desta seleção de estagiários do curso de graduação em Direito na Comarca de São Gonçalo do Sapucaí do Estado de Minas Gerais, nos termos deste Edital.

1- DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1-1 Poderão participar da seleção pública estudantes dos cursos de graduação em Direito, nos termos da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 e da Portaria-Conjunta nº 297, de 05 de julho de 2013.

1-2 A seleção pública será acompanhada pela Direção do Foro e executada por uma Comissão composta por Maria Imaculada Moreira, como presidente, Danillo Lima Ayres, como secretário e Deyler Batista Gaspry, servidores do Tribunal de Justiça da Comarca, designados para esse fim, pelo Diretor do Foro.

1-3 A carga horária para a realização do estágio é de 30 (trinta) horas semanais, com jornada diária de 6 (seis) horas, a serem cumpridas no período matutino ou vespertino a critério e conveniência da Direção do Foro e dos Juízes da Comarca.

1-4 O estagiário fará jus ao recebimento de bolsa de estágio que, atualmente, possui o valor de R\$1.047,00 (um mil e quarenta e sete reais) e, também, de auxílio-transporte, em pecúnia, em quantia equivalente a 10% (dez por cento) do valor da bolsa de estágio.

1-5 A participação na presente seleção pública é aberta aos estudantes regularmente matriculados no curso de Direito, sendo que a admissão do candidato classificado está condicionada à comprovação de sua matrícula, no mínimo, no terceiro período semestral ou

segundo ano do referido curso e à comprovação da regularidade documental do convocado.

2-DAS VAGAS E DOS CURSOS

2-1 A seleção pública é destinada à formação de cadastro de reserva para as vagas que surgirem durante o período de validade da Seleção Pública.

2-2 Na hipótese de convocações simultâneas, o candidato melhor classificado terá preferência na escolha da vaga.

3- DAS INSCRIÇÕES

3-1 As inscrições serão realizadas no período de 30/07/2018 até 13/08/2018, das 13h às 18h horas, no setor de Distribuição/Contadoria do Fórum Belmiro de Medeiros, localizado à Rua Monsenhor Hevêncio, 10, Centro, em São Gonçalo do Sapucaí/MG.

3-1-1 O estudante deverá comparecer ao local de inscrição munido dos seguintes documentos: Carteira de Identidade e CPF.

3-2 Não haverá, sob qualquer pretexto, inscrição provisória, condicional ou extemporânea, assim como por via postal, fax ou correio eletrônico ou outro meio que não o estabelecido neste Edital.

3-3 Não haverá cobrança de taxa de inscrição.

3-4 No período correspondente às inscrições, os candidatos que possuírem certificado de tempo de atividade como conciliador voluntário nos Juizados Especiais do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais deverão apresentá-lo.

4- DAS VAGAS RESERVADAS AOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA E DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS:

4-1 Aos candidatos com deficiência, inscritos nesta modalidade, que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pelo inciso VIII do artigo 37 da Constituição da República, de 1988, bem como pelo artigo 37 do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e alterações posteriores, que regulamenta a Lei nº 7.853, 14 de outubro de 1989, e pela Lei Estadual nº 11.867, 28 de julho de 1995, é assegurado o direito de concorrer às vagas reservadas, conforme estabelecido neste Edital.

4-2 Nos termos da Lei Estadual nº 11.867, de julho de 1995, 10% (dez por cento) das vagas existentes e das que vierem a surgir ou que forem criadas, dentro do prazo de validade deste certame serão reservadas aos candidatos portadores de deficiência aprovados na Seleção Pública regida por este Edital.



4-3 O percentual de vagas para os candidatos inscritos como portadores de deficiência será sempre arredondado quando resultar de um número fracionário, sendo que, se este for uma fração igual ou superior a 0,5 (cinco décimos), o arredondamento será feito para o número inteiro subsequente; e, se a fração for inferior a 0,5 (cinco décimos), para o número inteiro anterior.

4-4 A quinta, a décima quinta, a vigésima quinta vagas e assim sucessivamente, ficam destinadas aos candidatos inscritos como deficientes, no prazo de validade da seleção pública.

4-5 Para concorrer às vagas reservadas, o candidato deverá declarar-se com deficiência, no momento da inscrição.

4-6 O candidato que se declarar com deficiência concorrerá em igualdade de condições com os demais candidatos, de acordo com a legislação aplicável e o previsto neste edital.

4-7 Para fins de identificação da deficiência, adotar-se-á a definição contida no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamentou a Lei nº 7.853, de 14 de outubro de 1989, com as alterações advindas do Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, bem como a Súmula 377 do STJ.

4-8 Caso não existam candidatos com deficiência classificados em número suficiente para preenchimento das vagas que vierem a surgir no prazo de validade da seleção pública, serão convocados estudantes da lista geral.

4-9 Os estudantes com deficiência que necessitam de condição especial para a realização da prova deverão solicitar a referida condição quando da inscrição.

4-10 O candidato que por alguma razão necessitar de condições especiais para a realização das provas, deverá apresentar ao secretário da Comissão, Danillo Lima Ayres, no Juizado Especial desta Comarca, no horário das 14h às 16h, em até 10 (dez) dias úteis anteriores à data de realização das provas, requerimento por escrito, datado e assinado, indicando as condições de que necessita para a realização das provas e as razões de sua solicitação.

4-11 A concessão das condições diferenciadas fica condicionada à possibilidade técnica de atendimento examinada pela Direção do Foro.

4-12 A não solicitação de condições especiais para a realização da prova, conforme disposto neste Edital, implicará a não concessão destas ao candidato, não lhe cabendo qualquer reivindicação a esse respeito no dia da prova ou posteriormente, seja qual for o motivo alegado.

4-13 A relação dos candidatos que tiverem seus pedidos de condições diferenciadas indeferidos será divulgada no mural do prédio do Forum, no período de 05 (cinco) dias úteis anteriores à data de realização das provas.



4-14 Os candidatos aprovados na seleção pública que se declararam deficientes deverão apresentar, quando da contratação, atestado médico original que tenha sido expedido em, no máximo, noventa dias a contar da data de entrega, no qual conste a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao CID.

4-15 A critério do TJMG, quando da admissão, o candidato deficiente poderá ser submetido à perícia médica oficial, a ser realizada pela Gerência de Saúde no Trabalho – GERSAT.

4-15-1 A critério da Direção do Foro, poderão ser convocados magistrados e/ou servidores, lotados no setor ou órgão que receberá o estagiário deficiente, para compor comissão multidisciplinar,

4-15-1-1 Caberá à Comissão Multidisciplinar a análise da compatibilidade da deficiência com as atividades de estagiário.

4-15-2 O candidato, que se declarou deficiente quando da inscrição, mas que após a análise do atestado médico e/ou da perícia médica não foi considerado deficiente será excluído da respectiva lista de classificação, passando a figurar apenas na lista geral.

4-15-3 O candidato com deficiência que for reprovado na perícia em virtude de incompatibilidade da deficiência com as atividades previstas para a vaga oferecida permanecerá na lista até eventual surgimento de vaga compatível com sua deficiência, observado o prazo de validade da seleção pública.

4-15-3-1 Constatada a incompatibilidade da deficiência com qualquer vaga de estágio oferecida pelo Tribunal de Justiça, o candidato será excluído das listas de classificação.

5- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS SOBRE A INSCRIÇÃO

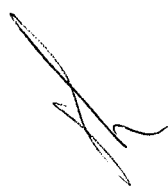
5-1 Não se exigirá do candidato cópia de qualquer documento no ato de preenchimento da Ficha de Inscrição, sendo de sua inteira responsabilidade a veracidade da informação sobre os dados pessoais, além de todas as demais informações prestadas.

5-2 O TJMG exime-se de responsabilidade sobre quaisquer atos ou fatos decorrentes de informações incorretas, inexatas ou incompletas fornecidas pelo candidato na Ficha de Inscrição.

5-3 A Ficha de Inscrição é intransferível.

6- DA SELEÇÃO

6-1 A seleção pública para preenchimento das vagas de estágio que vierem a surgir na Comarca



de São Gonçalo do Sapucaí/MG, durante o prazo de validade do certame, será composta de provas, não identificadas, de múltipla escolha com mais de um conteúdo (questões de Língua Portuguesa e Direito).

6-2 A(s) prova(s) ocorrera(rão) no Salão do Júri do Fórum local, no dia 29 de Agosto de 2018, às 09h00 e terá(rão) duração de 03 (três) horas.

6-2-1 O tempo de duração das provas abrange também a assinatura e transcrição das respostas para a Folha de Respostas.

6-2-2 Em nenhuma hipótese haverá prorrogação do tempo de duração das provas, respeitando-se as condições previstas neste Edital.

6-2-3 Em nenhuma hipótese será permitido ao candidato prestar as provas fora da data, do horário estabelecido ou do local determinado.

6-3 Os candidatos deverão comparecer ao local designado para a realização das provas com, no mínimo, 15 (quinze) minutos de antecedência do horário fixado para o seu início.

6-3-1 O candidato deverá comparecer munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta de material transparente e do comprovante de inscrição.

6-4 Será obrigatória a apresentação de documento de identidade oficial com foto, que permita a identificação segura do candidato e com prazo de validade vigente, para a realização das provas. Serão considerados documentos a Carteira de Identidade, a Carteira Nacional de Habilitação, a Carteira de Trabalho e Previdência Social e o passaporte brasileiro.

6-5 Não será admitido o ingresso de candidato no local de realização das provas após o horário fixado para seu início.

6-6 O candidato somente poderá deixar a sala mediante consentimento prévio, acompanhado de um fiscal ou sob a fiscalização da equipe de aplicação de provas.

6-7 As provas serão realizadas sem consulta a qualquer material, não sendo permitida, durante sua realização, a comunicação entre os candidatos ou a utilização de aparelhos eletrônicos (beep, telefone celular, walkman, agenda eletrônica, palmtop, notebook, receptor, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio do tipo databank, gravador, pager, etc.), livros, anotações e similares.

6-8 Não haverá segunda chamada para a realização das provas. O não-comparecimento implicará a eliminação automática do candidato.

6-9 Será eliminado o candidato que:



- a) tratar com falta de urbanidade examinadores, auxiliares, aplicadores ou autoridades presentes;
- b) estabelecer comunicação com outros candidatos ou com pessoas estranhas a esta Seleção Pública, por qualquer meio, durante a realização da(s) prova(s);
- c) usar de meios ilícitos para obter vantagem para si ou para outros;
- d) portar arma no local de realização das provas, ainda que de posse de documento de licença para o respectivo porte;
- e) portar, mesmo que desligados ou fizer uso, durante o período de realização das provas, de qualquer equipamento eletrônico ou de instrumentos de comunicação interna ou externa;
- f) fazer uso de livros, códigos, manuais, impressos e anotações;
- g) deixar de atender as normas contidas nos Cadernos de Provas, na Folha de Respostas e demais orientações expedidas durante a realização das provas;
- h) deixar de entregar a Folha de Respostas das provas objetivas, findo o prazo limite para realização das provas;
- i) registrar a identificação em quaisquer das provas, em local diverso do indicado para tal finalidade.

6-10 Não haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato.

6-11 Na correção da Folha de Respostas serão computadas como erros as questões não assinaladas, as que contenham mais de uma resposta e as rasuradas, ainda que inteligíveis.

6-12 O candidato não poderá danificar a Folha de Respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de sua correção.

6-13 Será considerada nula a Folha de Respostas que estiver marcada ou escrita a lápis, bem como a que possuir qualquer forma de identificação do candidato fora do lugar especificamente indicado para tal finalidade.

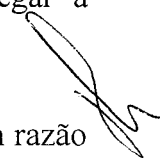
6.14 A fim de garantir a desidentificação dos candidatos durante a correção, os cabeçalhos serão destacados das folhas de respostas após a aposição de numeração em campo próprio, a cargo da Comissão, sendo os mesmos alocados em envelope próprio para posterior reidentificação das provas.

7 - DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

7-1 À atuação como conciliador voluntário nos Juizados Especiais pelo período mínimo de seis meses será atribuído (01) um ponto, para título.

7-1-1 O candidato que atuou como voluntário nos Juizados Especiais deverá entregar a declaração no ato da inscrição, nos termos do item 3-4 deste edital.

7-2 A nota final será a soma dos pontos obtidos na prova objetiva e daquela alcançada em razão



da atuação como conciliador voluntário nos Juizados Especiais.

7-3 A classificação será efetuada por ordem decrescente do total de pontos obtidos pelos candidatos.

7-3-1 Caso haja empate, terá preferência o candidato que tiver maior idade, e persistindo o empate, através de sorteio.

7-4 Os classificados serão convocados, durante o prazo de validade da seleção, à medida que surgirem vagas, seguindo-se a ordem de classificação.

7-5 A classificação final será divulgada em duas listas, contendo a primeira a classificação de todos os candidatos, inclusive a dos candidatos com deficiência, e a segunda somente a classificação destes últimos.

7-5-1 A classificação final será divulgada no mural do Fórum, em seu andar térreo, no lugar público de costume, em até 05 (cinco) dias úteis após a realização das provas.

8 – DOS RECURSOS

8-1 Caberá interposição de recurso fundamentado dirigido à Direção do Foro da Comarca de São Gonçalo do Sapucaí-MG contra as seguintes decisões:

- a) gabarito e questões da prova objetiva de múltipla escolha;
- b) classificação final, desde que se refira a erro de cálculo da pontuação obtida.

8-2 O prazo para a interposição dos recursos a que se refere o item 8.1 deste Capítulo será de 5 dias úteis, contados do primeiro dia útil subsequente à data da divulgação do objeto do recurso.

8-3 Os recursos mencionados no item 8.1 deste Capítulo deverão ser apresentados à Administração do Foro em 02 vias e deverão ser entregues ao secretário da Comissão, Danilo Lima Ayres, na Secretaria do Juizado Especial do Fórum local.

8-4 Os recursos deverão ser entregues ou enviados em um envelope, tamanho ofício, fechado, identificado externamente em sua face frontal com os seguintes dados: Seleção Pública para Estagiários, Ref. Recurso contra (citar o objeto do recurso), nome completo e número de inscrição do candidato.

8-5 O recurso contra gabarito e questões da prova objetiva de múltipla escolha deverá ser apresentado com obediência às seguintes especificações:

- a) com indicação do número da questão questionada, da resposta do gabarito oficial e da resposta marcada pelo candidato;
- b) em folhas separadas, para cada questão recorrida;
- c) com identificação do candidato apenas na capa do recurso;



- d) sem qualquer identificação do candidato no corpo do recurso;
- e) com argumentação lógica, consistente e com referência à bibliografia pesquisada para fundamentar seus questionamentos.

8-6 Não serão conhecidos os recursos:

- a) interpostos coletivamente;
- b) sem a devida fundamentação;
- c) intempestivos;
- d) com a identificação do candidato no corpo da petição, ou seja, em local não indicado para tal finalidade.

8-7 A decisão sobre o deferimento ou indeferimento dos recursos a que se refere este Capítulo será divulgada no mural do Fórum local.

8-8 A decisão terá caráter terminativo e não será objeto de reexame.

8-9 Após a divulgação de que trata o item 8-7 deste Capítulo, a fundamentação da decisão sobre os recursos ficará disponível para consulta individualizada do candidato junto à Comissão, até a data de homologação desta Seleção Pública.

9 - DA CONVOCAÇÃO PARA PREENCHIMENTO DAS VAGAS

9-1 O preenchimento das vagas que vierem a ocorrer até o período de validade da seleção pública será realizado de acordo com a ordem de classificação, considerada a conveniência administrativa.

9-2 Os candidatos com deficiência serão convocados de acordo com a respectiva lista de classificação, observado o disposto no Capítulo 4 deste Edital, ressalvada a hipótese de melhor classificação na lista geral de candidatos.

9-3 Serão considerados para convocação os telefones e e-mail registrados pelo estudante quando da inscrição, sendo de responsabilidade do candidato manter sempre atualizados os dados.

9-4 Todas as tentativas de contato por telefone e por e-mail com os candidatos serão registradas pela comarca.

9-5 Será remanejado para o final da lista de aprovados o candidato que:

- a) não se encontrar regularmente matriculado, no momento da admissão, no período mínimo exigido para o estágio;
- b) não for localizado em razão de tentativas fracassadas de contato por endereço eletrônico e telefone;
- c) requerer seu remanejamento para o final da lista de classificação;
- d) após ser convocado, não comparecer ao local conforme informado;

9-6 O candidato que desistir formalmente do estágio será excluído da lista de classificação.



9-7 Aceita a vaga para a qual foi convocado, o candidato aprovado terá 07 (sete) dias úteis para providenciar e apresentar a documentação necessária para o ingresso nas atividades de estágio, a saber:

- a) cópia da carteira de identidade e do cadastro de pessoa física do estudante;
- b) declaração original da instituição de ensino superior, contendo informação sobre a matrícula, a frequência regular e o período cursado;
- c) declaração do estudante indicando agência e conta corrente, em estabelecimento bancário definido pelo TJMG, para depósito dos valores relativos à bolsa de estágio e ao auxílio-transporte;
- d) declaração do estudante informando se é parente, até o terceiro grau, inclusive, de magistrado do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais ou de servidor investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento.
- e) em se tratando de estudante deficiente, atestado médico original de que conste a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao CID, expedido em até noventa dias antes da data de sua entrega.

9-8 Será eliminado da seleção pública o candidato que se recusar a observar as condições estipuladas pelo TJMG.

9-9 Durante o período de validade da seleção pública, o candidato aprovado deverá manter seus dados cadastrais (*e-mail*, telefone, endereço, etc) atualizados junto à Direção do Foro, sendo de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos decorrentes da não atualização dos dados pessoais.

10- DA CONDIÇÃO PARA INÍCIO DAS ATIVIDADES

10-1 O candidato aprovado na seleção pública e convocado para preencher a vaga ingressará no Programa de Estágio do TJMG por meio de celebração de Termo de Compromisso de Estágio, no qual estarão estabelecidas as condições para a realização do estágio, nos termos da Portaria-Conjunta nº 297 de 2013 do TJMG.

11- DA VALIDADE DA SELEÇÃO PÚBLICA

11-1 A seleção pública terá validade de 02 anos a partir da divulgação do resultado, podendo ser prorrogado a critério da Direção do Foro da Comarca.

12- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12-1 Todas as divulgações oficiais referentes ao concurso serão afixadas nas dependências do Fórum no local de costume.

12-2 É vedada a realização de estágio por estudante que possua vínculo profissional ou de



estágio com advogado ou sociedade de advogados, que seja policial civil ou militar e que seja titular de mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal.

12-3 Aplica-se à contratação de estagiário no âmbito do TJMG o disposto no Enunciado Administrativo nº 7, do Conselho Nacional de Justiça, de 21 de junho de 2007.

12-4 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das regras da Seleção Pública, tais como se acham estabelecidas neste Edital e nas normas legais pertinentes, bem como em eventuais comunicados ou instruções específicas para a realização do certame, acerca dos quais não poderá alegar desconhecimento.

12-5 A realização do estágio não estabelece vínculo empregatício do estudante com o TJMG.

12-6 O acompanhamento da divulgação deste Edital e de comunicados relacionados à Seleção Pública é de responsabilidade exclusiva do candidato.

12-7 Não serão aceitas apresentação de documentos ou a interposição de recursos via fax, telex, telegrama, correio eletrônico, ou outro meio não especificado neste Edital.

12-8 Os prazos estabelecidos neste Edital são preclusivos, contínuos e comuns a todos os candidatos, não havendo justificativa para o não cumprimento e para a apresentação de quaisquer recursos ou documentos após as datas e em desacordo com as formas estabelecidas neste Edital.

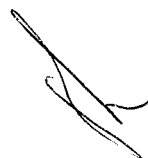
12-9 Para contagem do prazo de apresentação de documentos e interposição de recursos, excluir-se-á o dia da divulgação e incluir-se-á o último dia do prazo estabelecido neste Edital, desde que dia útil na Comarca, sendo prorrogado, em caso contrário, para o primeiro dia útil subsequente.

12-10 A comprovação da tempestividade da apresentação de documentos e de recursos será feita pela data do protocolo de recebimento

12-11 Os recursos deverão ser apresentados de uma única vez, não se admitindo complementação, suplementação, inclusão e/ou substituição durante ou após os prazos estabelecidos neste Edital.

12-12 Informações e orientações referentes à Seleção Pública poderão ser obtidas na Comarca de São Gonçalo do Sapucaí/MG, no Fórum Belmiro de Medeiros, situado na Rua Monsenhor Hevêncio, nº 10 – Centro/São Gonçalo do Sapucaí-MG, na Secretaria do Juizado Especial.

12-13 O resultado final da seleção pública será homologado pela Juíza de Direito e Diretora do Foro.



12-14 A constatação, a qualquer tempo, de irregularidade, inexatidão de dados ou falsidade de qualquer declaração implicará, ainda que homologado o concurso, a anulação da inscrição do candidato, bem como de todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

12-15 As ocorrências não previstas neste edital e os casos omissos serão resolvidos pela Direção do Foro da Comarca e, em última análise, pelo Superintendente da EJEf.

12-16 Integra este Edital Anexo correspondente ao Conteúdo Programático.

São Gonçalo do Sapucaí, 12 de Julho de 2018.



THAIS MARIA VINCI DE MENDONÇA CHAVES

Juíza de Direito da 1ª Vara Cível, Criminal e Execuções Penais e Diretora do Foro da
Comarca de São Gonçalo do Sapucaí-MG

**SELEÇÃO PÚBLICA DE ESTAGIÁRIOS DE GRADUAÇÃO EM DIREITO PARA
PROVIMENTO DE VAGAS EXISTENTES E QUE VIEREM A SURGIR NO PRAZO DE
VALIDADE DESTA SELEÇÃO NA COMARCA DE SÃO GONÇALO DO SAPUCAÍ DO
ESTADO DE MINAS GERAIS**

EDITAL Nº 01/2018

ANEXO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 1) **DIREITO CIVIL – Código Civil (Lei 10.406/02) – Direito das Obrigações, Direito das Coisas, Direito de Família e Direito das Sucessões**
- 2) **DIREITO PROCESSUAL CIVIL – Novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/15) Processo de Conhecimento**
- 3) **DIREITO PENAL – Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40) Parte Geral e Parte Especial.**
- 4) **DIREITO PROCESSUAL PENAL Código de Processo Penal (Decreto-Lei 3.689/41) Livro I (Do Processo em Geral), Livro II (Dos Processos em Espécie – Título I), Livro III (Das Nulidades e dos Recursos em Geral).**
- 5) **JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS (Lei 9.099/95).**
- 6) **LÍNGUA PORTUGUESA: acentuação gráfica, concordância verbal, regência verbal e nominal, pontuação e uso da crase**